



Com a construção do programa eleitoral a bom ritmo, o CDS já tem alinhavadas algumas propostas com que se vai apresentar ao eleitorado em 2019. Uma delas é o alargamento aos 12 anos da escolaridade obrigatória do inglês, com a atribuição de um certificado no final e a possibilidade de introduzir o ensino bilingue na escola pública. É possível que o programa seja tornado público já no final deste ano, a nove meses das legislativas.

“Parece-nos possível que, gradualmente, com todas as cautelas que isso tem de ter no domínio da língua materna, passar a haver algumas disciplinas leccionadas em inglês”, adiantou ao PÚBLICO Ana Rita Bessa, referindo História e Ciências como exemplo. “Não se trata de propor a radicalidade de um sistema bilingue na escola pública mas permitir que haja essa flexibilidade”, referiu a deputada, que faz parte do grupo de trabalho que está a preparar o programa eleitoral.

Assumindo o ensino de uma língua estrangeira como um valor acrescido, o CDS quer tornar obrigatório o inglês desde o primeiro ano do ciclo e estabelecer a atribuição de um certificado por parte de uma entidade externa no 12º ano.

Com um grupo de trabalho a funcionar desde o congresso de Março, a que acresce o contributo das conferências *Ouvir Portugal* e do gabinete de estudos, o CDS já consegue apontar os temas fortes do programa: área laboral (como a proposta de consagrar a [flexibilidade do trabalho à distância](#)), ensino, fiscalidade e saúde. Mas a perspectiva assumida não é a tradicional e assenta num método de trabalho que parece rigoroso.

“Nós banimos algumas palavras como benefícios fiscais. Não quer dizer que não venham a

estar lá, mas neste momento o que queríamos era ter um conjunto de medidas que fossem prospectivas para um Portugal de futuro. Coisas diferentes, como a introdução do digital no mundo do trabalho, do estudo ou na vida das pessoas do dia-a-dia”, revela.

O grupo de trabalho, liderado pelo vice-presidente Adolfo Mesquita Nunes, fez um levantamento de mais de 100 questões e organizou reuniões de hora e meia em que são ouvidos especialistas e independentes sobre as "vantagens, desvantagens e soluções". É deste caldo que surgem as medidas que vão constar no programa eleitoral para 2019.

Assunção Cristas tem por hábito antecipar candidatos e propostas. O programa, segundo Ana Rita Bessa, não deverá ser exceção: “Gostaríamos de ter uma versão, que se poderia tornar pública, até para melhoria do programa, até ao final do ano. Vamos ver se é possível”.

Fonte: Público